

# Dinâmica demografia e urbanização no Brasil: quais os significados atuais dessas articulações?<sup>1</sup>

Ricardo Antunes Dantas de Oliveira<sup>2</sup>

Érica Tavares da Silva<sup>3</sup>

A segunda metade do século XX foi marcada no Brasil pelas intensas relações entre dinâmica demográfica e processo de urbanização. Aliaram-se o êxodo rural com importante concentração em destinos metropolitanos e o processo de transição demográfica, que implicou em um relevante crescimento da população, em função da redução posterior e mais lenta da fecundidade quando comparada à mortalidade. Efetivou-se a partir desta conjunção de processos a primeira transição urbana, na qual a população urbana passa a ser maior do que a rural, o que significou grandes pressões tanto sobre o mercado de trabalho urbano, quanto sobre a produção de moradias. A redução dos volumes populacionais envolvidos nos fluxos migratórios, combinado a baixos níveis de fecundidade (ou uma tendência de queda) nos mais diversos espaços e para os mais variados grupos sociais, implicaram em uma transformação importante das articulações entre demografia e urbanização. Muitos autores a tem expressado como uma segunda transição urbana, no qual se processaria uma acomodação da população no território urbano. O que seria esta acomodação? Que processos demográficos que tem marcado essas novas articulações? Buscando responder à questões como estas, realiza-se um estudo exploratório a partir da análise bibliográfica sobre as questões envolvidas e da utilização de informações censitárias das últimas décadas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Procura-se desta forma, constituir uma abordagem relevante e atualizada das questões, para as quais a RMRJ é considerada pertinente em função de sua evolução demográfica, da sua importância como destino migratório no Brasil e da profunda integração entre os diversos municípios em termos do mercado de trabalho e dos espaços de moradia.

## Introdução

A segunda metade do século XX foi marcada no Brasil pelo processo de modernização da sociedade que tem como duas de suas dimensões mais relevantes a urbanização da população e a transição demográfica, em termos de suas consequências em relação às transformações da estrutura etária. Neste contexto, eram muito claras as conexões entre ambos os processos, já que ambos se influenciaram, marcadamente contribuindo para o aumento de ritmo e o aprofundamento das suas consequências. Por isto mesmo, as articulações entre Demografia e o campo dos Estudos Urbanos eram muito nítidas, já que a

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014.

<sup>2</sup> Pesquisador do INCT Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ (Bolsista PDJ/CNPq) – rdo1981@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Campos dos Goytacazes e Pesquisadora do INCT Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ – ericatavs@hotmail.com.

“pressão demográfica” nas cidades e especialmente nas metrópoles desafiava pesquisadores e preocupava gestores públicos.

Na atualidade esta pressão diminuiu de maneira muito considerável (Portes e Roberts, 2005) em função por um lado da relevante queda da fecundidade (IBGE, 2012) e por outro da diminuição dos contingentes populacionais envolvidos nos movimentos migratórios de longa distância (Cunha e Baeninger, 2007). Porém, os efeitos das mudanças nas estruturas etárias, os deslocamentos de população em âmbitos mais restritos espacialmente e a busca por melhores condições de vida representam desafios recentes, implicando na necessidade de procurar novos caminhos de convergência entre os estudiosos de população e dos processos de urbanização/metropolização. Autores como Ojima (2006), Silva e Monte-Mór (2010) e Silva (2013) trazem contribuições nesse sentido, tratando especialmente da acomodação da população no território urbano como uma sequência do processo de urbanização, uma segunda transição urbana.

O que significa essa acomodação? Como enquadrá-la como uma nova transição urbana? Buscando abordar questões como estas, se pretende constituir uma contribuição a este debate. Logicamente não será possível dar conta de todas as dimensões possíveis, porém acredita-se que é relevante articular algumas das suas dimensões no sentido de uma abordagem exploratória. O crescimento populacional e do número de domicílios, a melhoria de condições habitacionais, além das características dos fluxos migratórios são os elementos que aqui são explorados, buscando refletir sobre os seus significados no período recente.

Considera-se fundamentalmente que a segunda transição urbana se expressa através de novas formas de produção do espaço urbano, relacionadas às diferenças de crescimento da população e dos domicílios entre os municípios metropolitanos, que se articulam à melhoria de condições de apropriação e de disponibilidade de serviços coletivos, assim como às mudanças nos fluxos migratórios. Ainda que a situação destacada por Abreu (1997), com marcadas diferenças entre o núcleo e a periferia no âmbito da primeira transição urbana, registre algumas persistências ao longo do tempo, as mudanças observadas têm expressado uma nova acomodação da população no território, com tendências à redução das disparidades no âmbito metropolitano.

Em sequência são registradas dimensões conceituais das articulações entre urbanização e dinâmica demográfica a partir de referências bibliográficas consideradas relevantes. A segunda parte traz uma análise sobre a evolução da transição demográfica e da urbanização no Brasil a partir de suas articulações ao longo dos últimos 60 anos, com base em alguns indicadores demográficos. A última parte é dedicada à abordagem de dimensões da acomodação da população no território. Para esta, toma-se como exemplo o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), entendida como relevante pela sua importância como segunda metrópole do país, por sua história de urbanização e evolução demográfica pretérita em âmbito nacional e por sua relevância enquanto destino de processos migratórios.

### **Urbanização e transição demográfica: características dos processos e suas articulações**

Os processos históricos relacionados às transições urbanas e demográficas são intensamente articulados, já que ambas se enquadram como fundamentais para a o desenvolvimento da outra, ainda que sob distintas formas de interação e encadeamento no tempo. Por um lado, as interpretações quanto à transição demográfica são bastante diversas e têm sido objeto de grandes debates no âmbito da demografia nas últimas décadas (Patarra, 1994). Por outro lado, a questão da transição urbana ainda não foi desenvolvida de maneira

ampla (Silva e Monte-Mór, 2010), especialmente quando se considera a necessidade de ampliação para além da predominância da população urbana em relação à rural.

Ainda no século XVIII, a maior parte da população mundial vivia em áreas rurais e as taxas de natalidade e mortalidade eram muito elevadas. A Revolução Industrial de acordo com Hobsbawn (1977) foi responsável pela massiva transferência de população rural para as áreas urbanas na Europa, tanto como resultado da demanda de trabalhadores para as atividades fabris que se iniciavam, quanto pelo *enclosure*, cercamento das propriedades anteriormente comunais que reduziram as possibilidades de trabalho no campo. Em um primeiro momento, esse crescimento desordenado não trouxe ganhos nas condições de vida, mas com os avanços na ciência e na produtividade, a melhoria das técnicas agrícolas e a evolução nos tratamentos de saúde e no saneamento básico, foi possível uma posterior melhoria das condições de vida nas cidades, levando à redução da mortalidade, por exemplo.

Alves (2010) critica algumas abordagens que identificam a transição urbana como a simples passagem de uma sociedade tradicional (ou feudal) para a sociedade moderna (ou urbana e industrial), sendo a transição urbana a causa principal da transição demográfica. Concordamos com este autor ao afirmar que “as duas transições se autoinfluenciam e se reforçam, convivendo no mesmo espaço e tempo” (Alves, *op cit*, sem página). Compreende-se que uma maior pressão demográfica nas cidades, em função das intensas migrações, não apenas caracterizou, como também intensificou a transição urbana e esta, por sua vez, aprofundou a transição demográfica além de contribuir para seu avanço em termos das distintas etapas que se desdobram ao longo do tempo (2ª e 3ª transições demográficas).

O crescimento das cidades e aglomeração de pessoas consolidou o fenômeno urbano, o que permitiu mudanças profundas e estruturais nos aspectos sociais, culturais e comportamentais, com rebatimentos sobre os processos demográficos. Apesar de não muito tratada no que tange à transição demográfica, a migração é um componente fundamental nesse processo, já que é o grande deslocamento espacial para as cidades que implica inicialmente na transição urbana. Em sequência ocorre também a contribuição do próprio crescimento vegetativo, com uma fecundidade que se mantém alta após a redução da mortalidade.

Nas cidades, se acelera o processo de difusão dos valores e características sociais e culturais “modernos” (Patarra, 1994; Faria, 1989; Faria e Potter, 2002). Além disto, as pessoas passam a ter acesso a melhores condições de saúde e a noções higiênico-sanitárias. As mudanças sociais daí consequentes produzem inicialmente a queda da mortalidade, bastante alta nas sociedades no período pré-transição. Esse declínio também permite uma maior sobrevivência de crianças e jovens, o que contribui para uma demanda mais reduzida da quantidade de filhos, fator importante para as populações rurais pré-transição, com alta demanda por “braços” nas lavouras (Silva e Monte-Mór, 2010, p.3).

Em linhas gerais, o processo que foi chamado pelos demógrafos de “transição demográfica” constitui-se, basicamente, na redução dessas taxas de mortalidade e fecundidade em períodos diferentes, mas subsequentes. Primeiramente a taxa de mortalidade diminui e a taxa de natalidade continua alta, levando a um rápido crescimento populacional. A redução inicial da mortalidade esteve relacionada à melhoria das condições sanitárias, avançando especialmente em função da melhoria do atendimento à saúde.

A redução da fecundidade é a síntese em nível macro de processos que afetam indivíduos e famílias em termos de seus comportamentos reprodutivos. Estes são

influenciados ou até mesmo determinados por diversas características de natureza social, econômica, cultural e política. Autores como Faria (1989), Alves (2002) e Faria e Potter (2002) apontam que novas aspirações de consumo, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, maior escolarização e mais amplo acesso a métodos contraceptivos estão entre os elementos fundamentais da redução da fecundidade.

Faria (1989) analisa os efeitos de políticas de governo durante o regime militar que tiveram consequências, em alguns casos perversas, sobre a redução de fecundidade no Brasil. São exemplos para o autor: a política de crédito direto ao consumidor, que tem impactos sobre o consumo; a política de benefícios previdenciários, que influencia a prévia necessidade de apoio dos filhos aos pais durante a velhice, marcante especialmente nas zonas rurais; a política de telecomunicações, que amplia as redes logísticas de comunicações no país e que possibilitam a disseminação de valores e comportamentos, especialmente por meio da televisão (Faria e Potter, 2002); e, a política de atenção à saúde, que expande a rede de atendimento à saúde ao redor, tendo também efeitos perversos em função dos diferenciais sociais de acesso. Os elementos elencados demonstram a profundidade dos processos sociais de modernização, que estão relacionados à evolução demográfica e do qual a urbanização é parte fundamental.

A partir dos declínios articulados da mortalidade e da fecundidade se constitui um novo padrão demográfico, em que a ideia de explosão populacional já não se aplica, já que seu resultado é o lento crescimento demográfico (Alves, 2002), além de transformações marcantes na estrutura por sexo e idade da população. São essas mudanças que constituem, em linhas gerais, a primeira transição demográfica.

A sequência entre modernização, mudanças comportamentais e dinâmica demográfica não se deu da mesma forma e temporalidade nas distintas sociedades. Por isso mesmo, ainda que já tenham havido intenções de estabelecer a transição demográfica como uma teoria, a diversidade de situações leva a interpretá-la muito mais como uma síntese histórica (Patarra, 1994; Greenhalg, 2001) de processos que tem ocorrido nas mais diversas sociedades ao longo do tempo.

As mudanças relacionadas especialmente a novos arranjos familiares são consideradas como a segunda transição demográfica. Como indicado por Alves (2002), as características dessa segunda transição seriam: declínio acentuado do número médio de filhos; aumento da idade média da primeira união e mesmo redução das taxas de nupcialidade; aumento também da idade média da mulher à primeira gravidez; crescimento do número de divórcios, separações e filhos fora do casamento – contribuindo para uma maior diversificação dos arranjos familiares; crescimento da coabitação; aumento de casais vivendo em casas distintas; ampla utilização de métodos eficientes de contracepção aliada a maior escolaridade e participação feminina no mercado de trabalho (Alves, *op cit.*, p.39).

Alguns autores chegam a colocar a ocorrência de uma terceira transição demográfica, caracterizada por níveis baixíssimos de fecundidade com famílias que não optam pela procriação e adotam a fecundidade zero. O casal DINC é um exemplo de arranjo familiar que dá mais valor para a autossatisfação e para a realização dos desejos presentes de consumo e lazer, do que para a satisfação futura de novas gerações, ou seja, não há a perspectiva de ter filhos. A este quadro, soma-se também a elevada imigração internacional (Barros, Alves e Cavenaghi, 2008, p.8).

A relação entre a urbanização e a dinâmica demográfica era mais claramente perceptível no período de elevado crescimento populacional e acelerada urbanização, ou seja, no contexto da primeira transição demográfica. É relevante atualizar as articulações, reforçando uma maior convergência entre problemas que são frequentemente abordados mais de forma separada do que conjunta: a mudança entre regimes demográficos enquanto processos sociais e a produção e reprodução do espaço urbano e, conseqüentemente, as implicações socioespaciais da distribuição e reprodução da população no território, conforme ressaltam Silva e Monte-Mór (2010).

O processo de urbanização tem a transição urbana como dimensão marcante, já que esta envolve a passagem para a predominância da população urbana em determinado espaço, com enfoques diferenciados conforme a sociedade que se esteja considerando. Autores como Ojima (2006) e Silva e Monte-Mór (2010), apontam em linhas gerais que a transição urbana teria duas fases, uma primeira transição urbana seria o momento em que a população urbana supera a população rural e o grau de urbanização se eleva de maneira sustentada. O que se entende como segunda transição urbana deriva do fato de que as tendências de crescimento populacional urbano perdem sua força para dar lugar à acomodação dessa população dentro de seu tecido urbano. A primeira transição representaria uma dimensão mais quantitativa do processo de urbanização, enquanto a segunda a uma dimensão mais qualitativa.

Portes e Roberts (2005) trazem questões relevantes quanto ao que pode ser interpretado como a segunda transição urbana ou essa acomodação de que Ojima (2006) e Silva e Monte-Mór (2010) tratam, ao abordar as transformações do urbano na América Latina na mudança de uma economia caracterizada pela industrialização via substituição de importações e outra marcada pelo livre-mercado. A primeira das etapas seria articulada à primeira transição urbana, através de uma pressão demográfica intensa via migrações e fecundidade alta, que levam a população urbana a ser a maioria e tem como consequência uma produção urbana descontrolada, uma lógica da desordem (Kowarick, 1979). Autoconstruções, invasões, a luta por espaço para moradia e melhorias nos serviços públicos seriam questões essenciais.

A etapa mais recente de urbanização, conforme Portes e Roberts (2005), se caracteriza por uma menor pressão demográfica, mas com uma diversificação de demandas, que resultariam em lutas e pressões sociais pelo aprofundamento de direitos em uma lógica de produção do espaço urbano controlado pelo mercado, ainda que com importante apoio estatal, no qual a segregação socioespacial se ampliaria. No âmbito demográfico, mais adultos jovens formando domicílios, envelhecimento e intensificação da mobilidade pendular seriam algumas das principais questões para a compreensão de suas articulações ao urbano. Assim, a questão a ser pensada é: Quais são os significados da passagem entre a constituição do urbano via demografia para outro momento relacionado à maneira como a população se acomoda ao modo de viver urbano?

## **Processo de urbanização e dinâmica demográfica no Brasil**

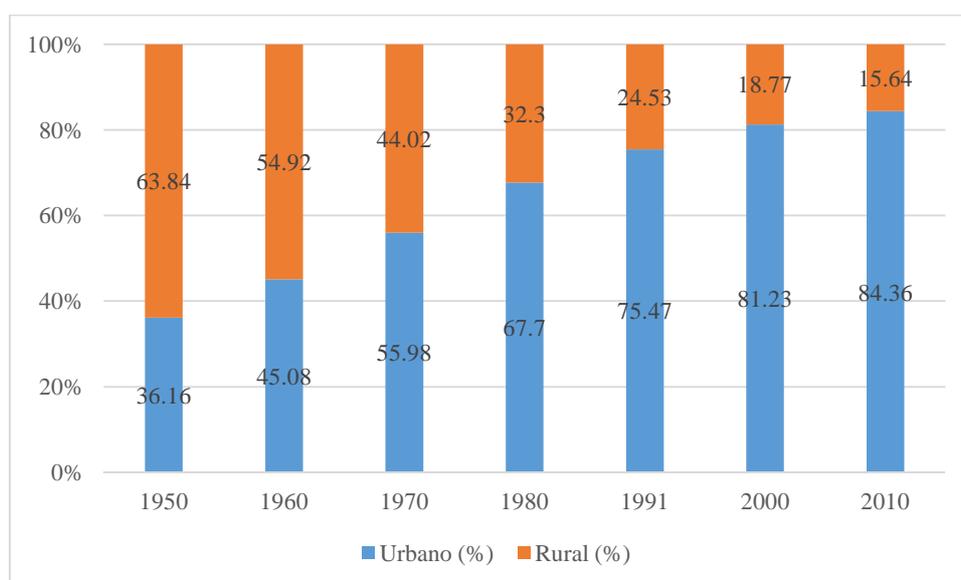
Antes de caracterizar especificamente as relações mais atuais entre o processo dinâmico de urbanização (espacial e temporalmente) e a evolução da dinâmica demográfica, é importante tratar das mudanças nas últimas décadas. Isto significa explorar as articulações entre transição urbana e transição demográfica, no contexto em que o intenso êxodo rural levou à urbanização (Singer, 1973 e Faria, 1991) ao mesmo em que se operava a primeira

transição demográfica, que em sua fase inicial levou a um grande crescimento populacional (Alves, 2002).

Para esta abordagem privilegia-se a escala nacional, na qual as transformações ficam bastante nítidas. O refinamento a respeito das conexões atuais entre produção do espaço urbano e demografia é realizado na seção seguinte, a partir do caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, motivada por razões que são melhor explicitadas à frente, mas das quais vale ressaltar o caráter anterior de sua urbanização (Abreu, 1997 e Lessa, 2000), assim como de sua transição demográfica.

O primeiro indicador relevante neste contexto se refere às participações relativas das populações urbana e rural ao longo das últimas décadas, registradas na Gráfico 1. O período destacado é justamente aquele em que ocorrem as transições urbana e demográfica, sendo que a primeira delas pode ser observada diretamente na Gráfico, enquanto que a outra demanda a articulação com outros indicadores, registrados a seguir.

Gráfico 1: Participação da População Urbana e Rural, Brasil, 1940 – 2010

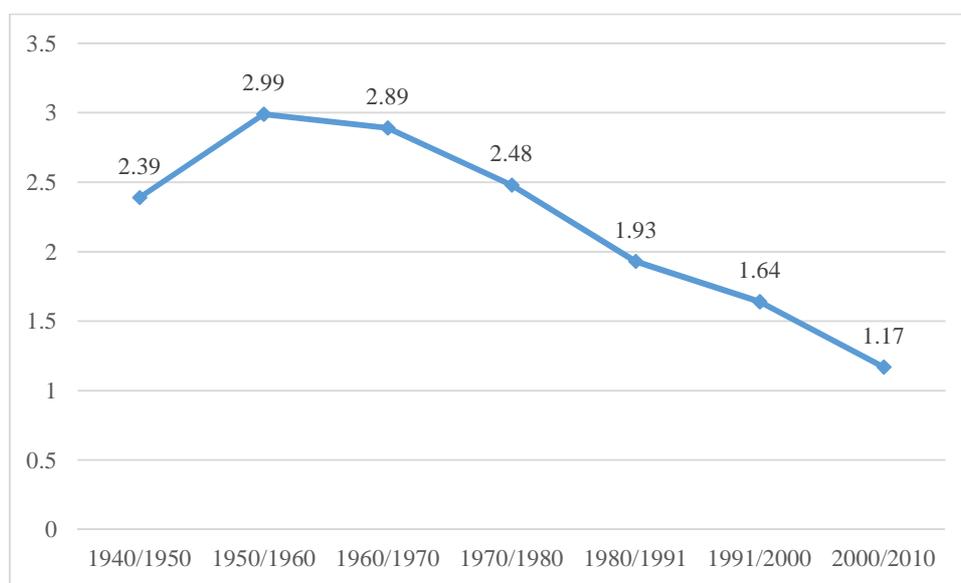


Fonte: Censos Demográficos IBGE.

A primeira transição urbana no Brasil ocorreu durante a década de 1960, já que em 1970 a população vivendo em espaços urbanos já tinha uma participação maior do que a população rural. O processo se amplia nas décadas seguintes, com uma concentração cada vez maior nas áreas urbanas, ainda que o crescimento relativo tenha se reduzido a partir do seu ápice no período seguinte à passagem para a predominância urbana: 1970 – 1980. Logicamente isto decorre da diminuição das massivas transferências de população do campo para a cidade (Cunha e Baeninger, 2007), assim como da própria dinâmica de crescimento vegetativo, que em conjunto tem como consequências a redução do crescimento populacional conforme registrado na Gráfico 2. Cabe recordar que há importante diferenças entre as regiões e estados brasileiros quanto ao grau de urbanização e quanto às temporalidades do processo, mas não cabe nesse espaço destacar tais diferenças, já que a intenção é demonstrar articulações que são relevantes já em nível nacional.

As informações sobre a evolução do crescimento populacional nos períodos intercensitários são relevantes por um lado para demonstrar a sustentada redução especialmente a partir da década de 1960, o que nos leva à outra dimensão relevante, já que esta é justamente a década da transição urbana original. Desde a referida década, o crescimento populacional tem sido constantemente reduzido, sendo sempre significativas as variações entre os períodos.

Gráfico 2: Taxas geométricas de crescimento médio anual (%) da população Brasil, 1940 – 2010



Fonte: Censos Demográficos IBGE.

O processo de transição demográfica é o principal responsável pelas transformações, especialmente em função da redução da fecundidade. Muito provavelmente a queda anterior da mortalidade também tem efeitos sobre a dinâmica abordada, já que a taxa de crescimento aumentou entre as décadas de 1940 e 1950, o que expressa as temporalidades diferenciadas dos processos de redução inerentes à transição demográfica.

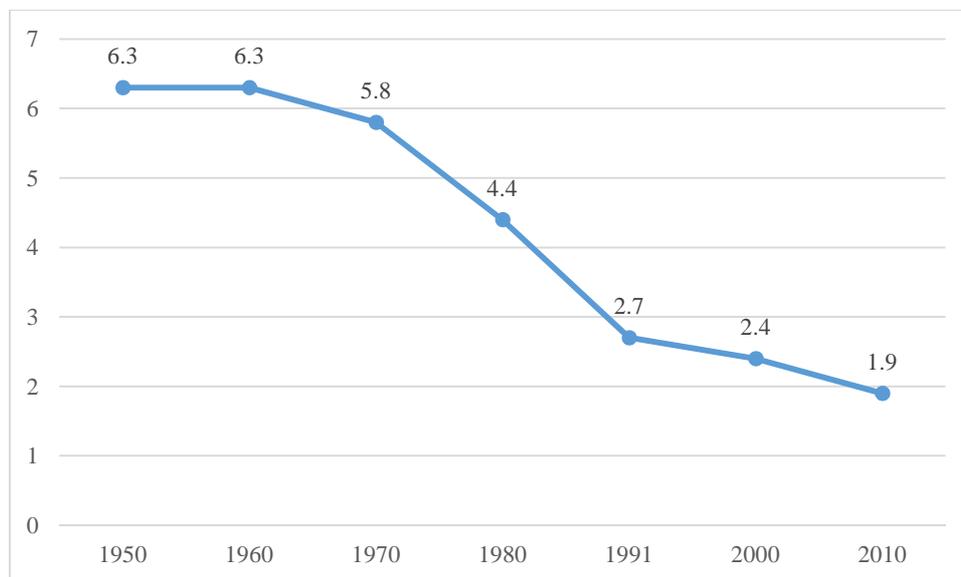
O fato de que a década que marca o início da redução do crescimento populacional no contexto brasileiro ser justamente aquela marcada pela transição urbana original é bastante relevante, pois permite associar os dois processos de transição no Brasil (Alves, 2010 e Silva e Monte-Mór, 2010). Outra questão relevante é o fato de que com a passagem para o predomínio da população urbana, a maior parte do crescimento se dá nas áreas urbanas, o que somado à contínua mas cada vez mais esvaziada transferência de população do campo para as cidades (Cunha e Baeninger, 2007), explica o predomínio cada vez maior daqueles que vivem nas áreas urbanas do país.

O último indicador relevante neste contexto é Taxa de Fecundidade Total, registrada na Gráfico 3. Sua importância deriva do seu efeito sobre o crescimento vegetativo da população e conseqüentemente sobre o crescimento em geral. Além disto, como se pode verificar através de comparações entre as Gráficos registradas, a temporalidade da redução da fecundidade é semelhante àquela da transição urbana.

A quantidade “média” de filhos tidos pelas mulheres brasileira decaiu de maneira considerável nos últimos 60 anos, o que tem profundas vinculações com a evolução da taxa de

crescimento populacional. A sua redução especialmente significativa entre 1970 e 1991 tem a diminuição do ritmo de crescimento demográfico como uma das suas consequências, principalmente em um país como o Brasil, cuja a quantidade de pessoas que emigram para outros países não é tão relevante.

Gráfico 3: Taxa de Fecundidade Total, Brasil – 1940 – 2010



Fonte: Berquó e Cavenaghi (2004) e IBGE (2012).

No gráfico é possível verificar também o período de maior crescimento populacional, justamente aquele no qual a quantidade de filhos por mulher era mais significativa, acima de 6 nos anos de 1950 e 1960. A queda da fecundidade se inicia na década de 1960 e se acentua especialmente nas duas décadas seguintes, passando para valor inferior ao nível de reposição durante a primeira década do século XXI.

As relações com o processo de urbanização são expressas pelas semelhanças quanto às temporalidades, já que a redução da fecundidade se inicia na mesma década em que a população urbana passa a ser predominante. Por um lado, uma quantidade alta de filhos por mulher influencia o crescimento populacional e conseqüentemente o crescimento da população urbana. Por outro, cabe ressaltar as conexões que Alves (2010) apontam em relação às transições demográfica e urbana. Notadamente as décadas com maiores reduções da fecundidade das mulheres brasileiras (1970 e 1980) são justamente aquelas em que a participação relativa da população urbana mais é incrementada, o que demonstra a importância do avanço da urbanização para a redução da fecundidade.

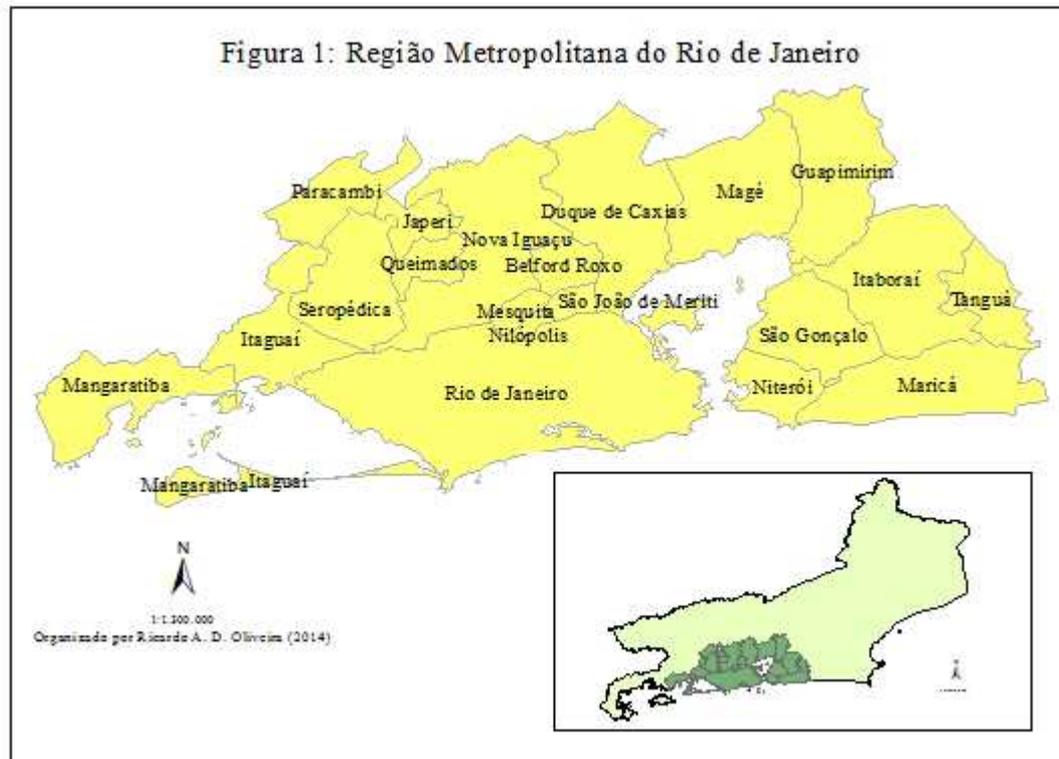
Autores como Faria (1989), Alves (2002) e Faria e Potter (2002) destacam elementos de modernização da sociedade como fundamentais para a acentuada queda da fecundidade no Brasil. A urbanização sem sombra de dúvidas é parte essencial deste contexto de mudanças, ao possibilitar o acesso a valores “modernos”, reduzir a demanda por mais braços para garantia do sustento familiar, ampliar o acesso a serviços de saúde e como um meio de difusão de comportamentos, entre outros.

Para além da fecundidade, a migração é componente essencial da passagem de uma população predominantemente rural para uma população concentrada em áreas urbanas. As massivas transferências de população relacionadas ao êxodo rural foram responsáveis pela transição urbana (Singer, 1973; Faria, 1991). Uma das principais características deste processo foi a concentração dos destinos nas metrópoles como destacado por autores como Martine (1987) e Faria (1991).

Nas últimas décadas do século passado e início do atual, a quantidade de pessoas envolvidas em movimentos migratórios de longa distância diminuiu de acordo com autores como Baeninger (1999) e Cunha e Baeninger (2007). O êxodo rural se expressa mediante seus últimos resquícios e a diversificação de fluxos e a multiplicidade de origens e destinos é que passam a chamar a atenção (Baeninger, 2008). Assim, as migrações têm contribuído para tornar mais complexa a rede urbana das mais diversas regiões do país, diversificando impactos que eram anteriormente muito mais percebidos nas metrópoles.

A segunda metade do século XX foi marcada na realidade brasileira pelas intensas articulações entre a dinâmica demográfica e o processo de urbanização. As simultaneidades entre transições, o impacto das migrações sobre a realidade metropolitana, entre outros processos demonstram a importância das vinculações. Mais recentemente estas relações têm sido alteradas, necessitando reflexões sobre suas características, que abordem o seu sentido atual conforme destacam autores como Ojima (2006), Silva e Monte-Mór (2010) e Silva (2013), que se referem às mudanças que expressam a acomodação no território metropolitano, algo a que Portes e Roberts (2005) também se referem.

A exploração dos novos sentidos das relações entre demografia e o urbano é apresentada a seguir a partir do exemplo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), registrada na Figura 1. Oficialmente a RMRJ é composta por 19 municípios, já que Mangaratiba deixou de ser formalmente considerada em 2002 em função de uma solicitação da administração local. Porém o estudo “Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização” (Observatório das Metrópoles, 2012), permanece destacando-o como parte da região metropolitana em virtude da sua articulação aos processos sócio-espaciais e econômicos próprios da metrópole.



Entende-se que trabalhar a partir de uma escala espacial mais restrita possibilita abordar as articulações no momento histórico atual de maneira mais precisa do que a escala nacional. A RMRJ é relevante neste sentido por ser marcadamente urbano há mais tempo do que maior parte do país (Abreu, 1997; Lessa, 2000) e por ser mais avançada no âmbito da transição demográfica. Além disto, caracteriza-se por ser um espaço bastante integrado à dinâmica nacional de metropolização (Observatório das Metrôpoles, 2012), o que significa que seus municípios têm articulações muito relevantes em termos de dinâmicas demográficas, economia, trabalho e moradia.

### **A acomodação da população no território metropolitano – segunda transição urbana?**

A acomodação da população no território como expressão de uma segunda transição decorre das reflexões de diversos autores sobre o efeito de mudanças nas dinâmicas demográficas. Por um lado, a transição demográfica tem como consequências transformações na estrutura etária, que se caminham na direção de uma participação cada vez maior dos idosos, nesse momento estão expressas pela maior participação dos adultos (Carmo e D'Antonna, 2011). Por outro, a redução dos fluxos migratórios de longa distância revela a importância de deslocamentos em âmbitos intra-regionais (Baeninger, 2008).

A partir das reflexões de Portes e Roberts (2005) e Ojima (2006), se pode considerar que em termos não diretamente objetivos, é possível falar em uma redução da pressão demográfica sobre a produção do espaço urbano, especialmente em decorrência das mudanças na quantidade de pessoas que chegavam aos espaços urbanos. A transição demográfica provoca uma redução das demandas relacionadas à grande quantidade de crianças e jovens, porém no presente implica numa pressão por moradia e trabalho e em uma cada vez maior demanda por serviços e políticas direcionadas à população idosa.

Nesse sentido, se busca explorar as mudanças mais significativas em termos de produção do espaço urbano na metrópole do Rio de Janeiro. Entende-se que as diferenças de crescimento populacional na metrópole, o incremento no número de domicílios, a melhoria das condições de moradia ao menos no âmbito da propriedade sobre a mesma e as distintas características da mobilidade espacial da população no âmbito metropolitano são alguns dos indicadores fundamentais das mudanças. Logicamente escolher determinados indicadores envolve deixar de lado outros, tanto pelo espaço disponível, quanto pelas facilidades de se lidar com determinadas informações.

Cabem duas ressalvas, em primeiro relacionada ao período retratado, já que se assume que é a partir da década de 1970 que estas mudanças se tornam mais significativas, o que pode ser percebido através dos indicadores acima registrados sobre as transformações em nível nacional, mas também na temporalidade com que trabalham autores como Portes e Roberts (2005). A segunda ressalva diz respeito às unidades espaciais escolhidas, ao invés de tratar de todos os municípios metropolitanos especificamente (20 no total), optou-se por trabalhar com quatro categorias que permitem destacar distintas características socioeconômicas e a diferentes temporalidades da integração às dinâmicas metropolitanas (Abreu, 1997; Observatório das Metrópoles, 2012). A divisão está organizada em Rio de Janeiro enquanto núcleo metropolitano, Niterói que tem características particulares por ter sido capital do antigo estado do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e São Gonçalo<sup>4</sup> como periferia consolidada e Demais municípios<sup>5</sup> como a periferia de expansão mais recente.

A tabela 1 registra informações sobre as taxas de crescimento média anual das populações dos quatro grupos definidos. As diferenças revelam dinâmicas diferenciadas quanto à fecundidade e a mobilidade espacial da população em âmbito intra-metropolitano. Ainda que de uma maneira geral sejam observadas reduções em todos os grupos considerados entre 1970 e 2010, a dinâmica demográfica ainda revela distinções importantes. Os dois municípios com melhores condições socioeconômicas (Rio de Janeiro e Niterói) já vêm registrando taxas de crescimento inferiores a 1% desde o período 1980/1991. O núcleo metropolitano continua concentrando maior parte da população da RMRJ, ainda que tenha apresentado redução de acordo com os Censos Demográficos, já que de 61,7% em 1970 passou a concentrar 53,2% em 2010.

Tabela 1: Taxas geométricas de crescimento médio anual (%) da população, RMRJ – 1970 – 2010

	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Rio de Janeiro	1,82	0,67	0,74	0,76
Niterói	2,05	0,86	0,58	0,60
Baixada Fluminense e São Gonçalo	3,46	1,47	1,57	0,78
Demais municípios	4,23	2,19	3,08	2,17
Total	2,44	1,03	1,17	0,86

Fonte: Censos Demográficos – IBGE.

<sup>4</sup> Municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São Joao de Meriti, Mesquita, Queimados, Japeri e São Gonçalo.

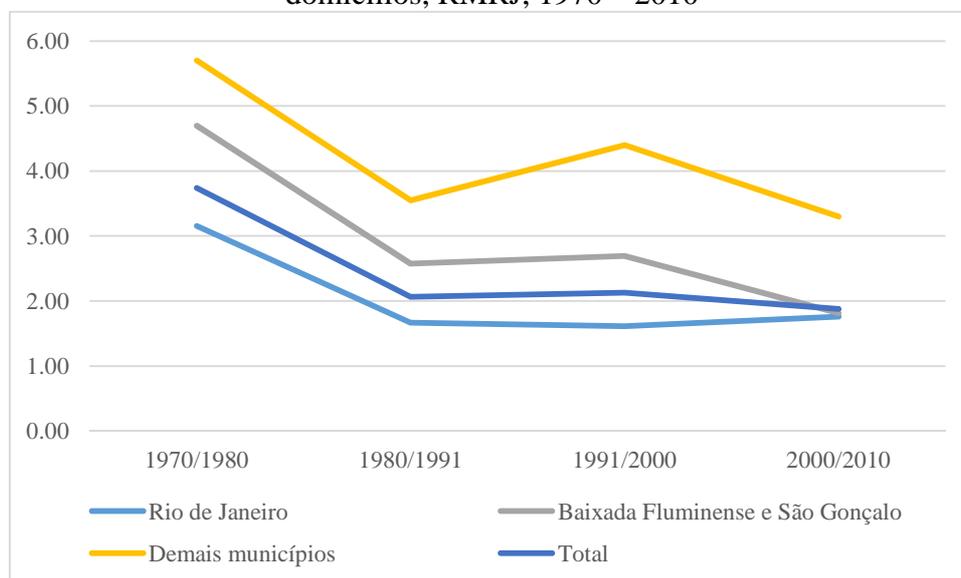
<sup>5</sup> Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Paracambi, Seropédica e Tanguá.

Os municípios periféricos desde os anos 1970 vem sendo aqueles que registram as maiores taxas de crescimento populacional, porém com dinâmicas distintas. Enquanto a periferia consolidada teve reduzida de maneira muito significativa as suas taxas, passando de 3,46% ao ano na década de 1970 para valor próximo à do núcleo metropolitano na década de 2000, os demais municípios mantiveram as mais altas taxas de crescimento. Ainda que se refiram a volumes populacionais mais restritos, ainda chamam atenção pelas diferenças em termos da dinâmica demográfica.

Rio de Janeiro, periferia consolidada e os demais municípios apresentaram um incremento no ritmo do crescimento populacional entre as décadas de 1980 e 1990, indicando maior crescimento na segunda década, com diferenças especialmente para a periferia mais distante. Como pode ser verificado mais a frente, houve um aumento dos deslocamentos populacionais em direção a esses recortes espaciais, o que especialmente no caso dos Demais municípios foi fundamental para caracterizar sua maior integração à dinâmica metropolitana.

As diferenças quanto ao crescimento do número de domicílios nos distintos espaços é questão relevante para interpretação da acomodação da população no território, já que indica a busca por melhores condições de moradia, os efeitos de uma estrutura etária com maior relevância dos adultos jovens, além de uma dinâmica de produção do espaço urbano metropolitano sempre em direção às bordas da periferia, principalmente destinadas à população de baixa renda. O Gráfico 4 traz informações relevantes para a abordagem desta questão.

Gráfico 4: Taxas geométricas de crescimento médio anual (%) do número de domicílios, RMRJ, 1970 – 2010



Fonte: Censos Demográficos IBGE

A taxa de crescimento do número de domicílios revela importantes variações no período considerado. Se de um modo geral todas as taxas apresentaram uma tendência de queda refletidas na média metropolitana, os comportamentos particulares revelam variações relevantes entre os distintos grupos. No período considerado o núcleo sempre registrou

valores inferiores à média da RMRJ. Apenas na última década com um ligeiro crescimento, é que se aproxima da taxa para a região, que foi reduzida no mesmo período. Niterói registrou taxas ligeiramente superiores à média da região até o início de 1990, quando passou a registrar as taxas mais reduzidas, especialmente em função do crescimento no município do Rio de Janeiro.

As áreas periféricas apresentaram taxas superiores à média regional e aos dois outros municípios, ao menos até a década de 2000, quando os valores para a periferia consolidada se aproximaram dos outros, enquanto a dos municípios mais distantes sempre se manteve com valores bastante acima dos outros. Seu comportamento revela um crescimento do número de domicílios que reflete o aumento da taxa de crescimento populacional na década de 1990, também podendo ser observada para a periferia consolidada e mesmo para a média regional, ainda que de maneira menos expressiva.

As diferenças verificadas estão relacionadas às diferenças na estrutura etária, já que uma população adulta jovem tende a sair dos domicílios dos pais e buscar novos, assim quanto maior a presença desta, mais significativo é este processo. Além disto, a própria produção de novos espaços de moradia é mais intensa nos municípios da periferia de menor consolidação, com disponibilidade de terrenos mais baratos para as pessoas interessadas em sair de áreas em que tinham más condições de moradia ou em que vem ocorrendo processos de encarecimento dos valores de aluguéis por exemplo. Ainda sobre a questão dos domicílios uma outra dimensão se faz relevante, a questão das condições de ocupação dos domicílios. Para esta análise privilegiou-se aquela que se considera como a mais valorizada: a propriedade do domicílio no qual as pessoas residem (tabela 2).

Tabela 2: Domicílio próprios (%), RMRJ – 1980 - 2010

	1980	1991	2000	2010
Rio de Janeiro	60,1	71,5	76,3	75,4
Niterói	62,1	73,9	78	77
Baixada Fluminense e São Gonçalo	59	71,3	80,1	81,1
Demais municípios	59,5	65,9	76,4	79,1
Totais	59,8	71,2	77,7	77,8

Fonte: Censos Demográficos IBGE.

Em todas os espaços se registrou no período abordado constantes incrementos da participação dos domicílios ocupados na condição de propriedade, o que revela melhorias neste âmbito indicando um acesso mais sustentado à moradia. Considerando esta dimensão como uma expressão da acomodação da população no território (Ojima, 2006; Silva, 2013), é importante ressaltar a trajetória dos distintos grupos. Os valores em 1980 eram bastante próximos, sendo ligeiramente superiores principalmente para Niterói, porém para este e o núcleo o incremento foi de cerca de 15% nos 30 anos decorridos.

Tanto na periferia consolidada quanto nos demais municípios foi próximo ou superior a 20%, atingindo os valores mais significativos em 2010. Esta trajetória revela a disponibilidade de terrenos para a população de baixa renda nas periferias metropolitanas,

assim como melhores condições de apropriação da moradia, o que está entre os elementos para a melhoria das condições de vida.

Além da condição de ocupação, indicadores vinculados ao acesso aos serviços coletivos também são importantes no âmbito das transformações relacionadas à segunda transição urbana. O acesso a rede geral de água é o mais relevante em função de dificuldades relacionadas a outros indicadores. Enquanto o acesso à energia elétrica é mais disseminado, não permitindo captar distinções, o esgotamento sanitário adequado captado pelos Censos muitas vezes não significa que sua destinação final seja adequada, comprometendo a qualidade das informações. A tabela 3 registra a evolução da participação dos domicílios com acesso à rede geral de água nos distintos grupos de municípios existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro.

De maneira geral, se observa uma melhoria geral do acesso à rede geral de água, reduzindo a importância de outras formas de acesso, ainda que para os municípios mais distantes da periferia e de urbanização mais recente a participação tenha se estabilizado abaixo da metade dos domicílios. O maior crescimento populacional e a conseqüentemente maior produção de novos domicílios com a expansão das áreas urbanas estão na raiz das distinções.

Tabela 3: Acesso a rede geral de água (%), RMRJ – 1980 - 2010

	1980	1991	2000	2010
Rio de Janeiro	92,9	97,5	97,8	98,4
Niterói	72,8	76,4	78,5	97,3
B. Fluminense e São Gonçalo	54,4	81,3	79,1	77,6
Demais municípios	32,5	44,6	45,9	45,5
Total	77,6	88,5	87,3	87,5
Total de domicílios	2.306.211	2.691.350	3.252.658	3.918.100

Fonte: Censos Demográficos IBGE.

A década de 1980 foi marcante para ambos os indicadores considerados em relação aos domicílios. Nos diversos grupos de municípios considerados, tanto as condições de apropriação dos domicílios quanto o acesso à rede geral de água registraram na referida década o crescimento mais relevante, embora em Niterói tenha ocorrido na primeira década do século XXI. As características registradas no caso da água demonstram a concentração dos investimentos para a melhoria desse serviço coletivo nos anos 1980, ao mesmo tempo que revelam o processo dinâmico da segunda transição urbana, já que as marcantes diferenças destacam a emergência do processo no período, ainda que continue se desdobrando mais recentemente em função da contínua expansão urbana.

Relacionada à dinâmica de produção do espaço urbano na metrópole, a última questão relevante no âmbito deste trabalho se refere às trajetórias da mobilidade espacial da população no âmbito metropolitano, considerando os diversos fluxos mais relevantes, através de informações sobre migração por data-fixa para 1991, 2000 e 2010, além de informações sobre

tempo de residência no município e Unidade da Federação do município anterior para 1980. Para facilitar a análise e a leitura, o grande conjunto de informações sobre estas questões foi separado em duas tabelas: a primeira (Tabela 4) registra os movimentos destinados ao núcleo, enquanto a segunda (Tabela 5) os movimentos dirigidos para Niterói e os dois grupos de espaços periféricos.

Tabela 4: Distribuição por fluxos migratórios destinados ao município do Rio de Janeiro, 1980 – 2010

Anos	Periferia- Núcleo	Intra-estadual Núcleo	Inter-estadual Núcleo	Total (100%)
1980	9,3	7,6	83	311.437
1991	13,8	10,2	76,1	147.605
2000	15,6	9,3	75,1	203.277
2010	15,1	10,3	74,6	175.454

Fonte: Censos Demográficos IBGE. Organização: Érica Tavares da Silva (2014)

A redução do número de imigrantes é notável no período considerado, ainda que na década de 1990 tenha havido um relevante crescimento dos fluxos destinados ao município do Rio de Janeiro, demonstrando a redução apontada por Cunha e Baeninger (2007) para os fluxos de longa distância. Ainda bastante concentrado nos movimentos inter-estaduais, tem se processado uma ligeira desconcentração com ganho de importância dos deslocamentos originado na própria região metropolitana do Rio de Janeiro, o que Baeninger (2008) se refere como característica das espacialidades das dinâmicas migratórias no período mais recente, ou seja, a relevância de processos em âmbito regional.

A tabela 5 revela que os deslocamentos destinados aos outros espaços metropolitanos também se reduziram de maneira considerável ao longo do período, apesar do incremento na década de 1990. Além disto, foram sempre maiores em termos de quantidade do que aqueles direcionados ao núcleo. Chamam atenção os tipos de fluxos mais importantes ao longo do tempo, já que enquanto em 1980 e 1991 foram predominantes os deslocamentos do núcleo metropolitano para os outros espaços metropolitanos. Já em 2000 e 2010 foram os fluxos internos a esses espaços os mais relevantes, ainda que os números absolutos tenham se reduzido consideravelmente, especialmente para o fluxo originado no núcleo.

Tabela 5: Distribuição por fluxos migratórios destinados aos outros espaços da RMRJ, 1980 – 2010

	Núcleo- Periferia	Periferia- Periferia	Intra- estadual Periferia	Inter- estadual Periferia	Total
<b>1980</b>					
Niterói	6,3	5,9	21	13,1	9,1
Baixada F./São Gonçalo	83,5	74,8	51,1	77,1	76,5

Demais municípios	10,2	19,3	27,9	9,8	14,4
Total	232.750	147.767	55.415	111.674	547.606
<b>1991</b>					
Niterói	8,6	7,7	16,9	13,8	10,2
Baixada F./São Gonçalo	74	66,7	48,2	70,5	68,6
Demais municípios	17,4	25,6	34,9	15,7	21,2
Total	119.367	94.039	28.242	62.632	304.280
<b>2000</b>					
Niterói	8,3	7,6	17,4	11,9	9,5
Baixada F./São Gonçalo	67,6	65,8	49,9	71	66,3
Demais municípios	24,1	26,6	32,7	17,1	24,2
Total	136.124	145.276	30.367	83.213	394.980
<b>2010</b>					
Niterói	10,7	8,9	26,5	17,8	12,7
Baixada F./São Gonçalo	62,3	59,5	42,5	58,4	58,8
Demais municípios	26,9	31,6	30,9	23,8	28,5
Total	99.659	115.832	24.525	55.987	296.003

Fonte: Censos Demográficos IBGE. Organização: Érica Tavares da Silva (2014)

Para todos os tipos de fluxos e em todos os anos considerados, o conjunto Baixada Fluminense e São Gonçalo sempre concentrou a maioria dos migrantes, porém mais recentemente esse destaque tem sido reduzido, com o ganho de participação dos Demais municípios nos deslocamentos originados no núcleo e deste e de Niterói no caso dos deslocamentos originados em outras regiões do estado do Rio de Janeiro e em outros estados do país.

Em síntese, são reduzidos os movimentos de longa distância, ainda que estes mantenham a maior participação no âmbito do núcleo metropolitanos. No caso de Niterói e da periferia consolidada os fluxos originados no núcleo metropolitano foram sempre os mais importantes em termos do volume populacional envolvido. Já no caso da periferia em processo mais recente de integração são os fluxos originados na própria periferia os que sempre tiveram a maior importância, caracterizando estes espaços como parte do processo de expansão metropolitana, mas se distinguindo pela vinculação menos direta com o núcleo metropolitano e pelas conexões ao processo de urbanização de outros espaços periféricos.

Os elementos aqui reunidos e analisados permitem identificar alguns elementos da acomodação da população no território metropolitano, configurando o que poderia se identificar como uma segunda transição urbana, que para alguns aspectos já vem se processando desde a década de 1980. Ainda que diversos outros indicadores pudessem ser destacados, aqueles com os quais se optou trabalhar permitem explorar dimensões relevantes. A redução do crescimento em geral porém com algumas diferenças importantes entre os espaços revela em articulação aos fluxos migratórios predominantes, o ganho importância de movimentos intrametropolitanos, realizados por uma população interessada em acessar melhores condições de vida, que tem a questão da moradia como dimensão marcante. O crescimento diferenciado da construção de novas moradias, da participação de domicílios

próprios e do acesso a serviços coletivos também vão nesta direção. Por último cabe fazer uma ressalva, no período marcado pela expressividade dos deslocamentos de longa distância, aqueles de curta distância também existiam, porém o que é importante é perceber que com a diminuição dos primeiros nesse momento, os últimos ganharam maior relevância acadêmica, assim como para o planejamento de políticas nos mais variados âmbitos.

## **Considerações Finais**

As articulações entre transição demográfica e transição urbana são fundamentais no âmbito das transformações da sociedade brasileira na segunda metade do século XX. O crescimento populacional expressivo decorrente da queda anterior da mortalidade teve importantes contribuições para as massivas transferências de população do campo para as cidades, ou seja, a transição urbana. Por outro lado, a urbanização da população contribuiu de maneira significativa para a marcante queda da fecundidade das mulheres brasileiras. Este período marcou a importância da compreensão da dinâmica demográfica para os estudos urbanos.

Na atualidade procura-se retomar esta relevância, já que os processos demográficos recentes também são importantes para a compreensão da produção dos espaços urbanos, além de representarem desafios em termos da atuação da administração pública. No presente texto procurou-se trabalhar com a ideia de uma segunda transição urbana, que envolveria as consequências das transformações demográficas atuais sobre o espaço urbano. A contribuição ao debate aqui registrada pretendeu abordar algumas das dimensões relevantes dessa transição, assim mais do que proposições definitivas, constitui-se uma abordagem exploratória, voltada principalmente à constituição de um campo de questões pertinentes e atualizadas acerca das relações entre a Demografia e os Estudos Urbanos.

Ainda que trabalhar com apenas um exemplo das dinâmicas abordadas seja limitado, o exemplo da RMRJ é bastante relevante no contexto brasileiro, em função de historicamente ser o espaço no qual as transformações urbanas e demográficas se expressam inicialmente. Nesse sentido, a análise aqui desenvolvida constitui uma contribuição para outros estudos de natureza semelhante e que possam ampliar e aprofundar o que aqui se registra.

## **Referências Bibliográficas**

- ABREU, M. A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- ALVES, J. E. D. Transição urbana, transições demográficas. *EcoDebate*, 7 de julho de 2010. Disponível em: [arcadenoe.ning.com/profiles/blogs/transicao-urbana-e-transicoes](http://arcadenoe.ning.com/profiles/blogs/transicao-urbana-e-transicoes).
- ALVES, J. E. D. *A polêmica Malthus versus Condorcet à luz da transição demográfica*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.

BAENINGER, R. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980 – 1996. *Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas, UNICAMP, 1999.

BARROS, L. F. P.; ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Novos arranjos domiciliares: condições socioeconômicas dos casais e dupla renda e sem filhos (DINC). *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

CARMO, R.; D'ANTONA, A. *Dinâmicas demográficas e ambiente*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2011.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. *Notas de Población*, v. 82, p. 33-67, 2007.

FARIA, V.; POTTER, J. E. Televisão, telenovelas e queda da fecundidade no Nordeste. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 62, p. 21-39, 2002.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 29, p. 98 – 119, 1991.

FARIA, V. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. *Ciências Sociais Hoje – ANPOCS*, nº 5, p. 68 – 103, 1989

GRENHALG, S. Por uma abordagem reflexiva nos estudos de população para o século XXI. In: OLIVEIRA, M. C. *Demografia da exclusão social. Temas e abordagens*. Campinas: Unicamp, 2001.

HOBBSBAWN, E. *A era do capital. 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resultados da Amostra Censo 2010*. Rio de Janeiro, IBGE, 2012. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis. Uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: RECORD, 2000.

MARTINE, G. Migração e metropolização. *SAO PAULO EM PERSPECTIVA*, v. 01, n.02, p. 28-31, 1987.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: INCT Observatório das Metrópoles, CNPq, CAPES, FAPERJ, 2012.

OJIMA, R. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

PATARRA, N. L. Transição Demográfica: novas tendências, velhos desafios. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, SP, v. 11, p. 27-40, 1994.

PORTES, A.; ROBERTS, B. R. *La ciudad bajo el libre mercado. La urbanización en América Latina durante los años del experimento neoliberal*. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2005.

SILVA, E. T. *Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SILVA, H.; MONTE-MÓR, R. L. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010.

SINGER, P. (1973). *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense e CEBRAP, 1987.